

# Instituições militares brasileiras e relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial

*Juraci Ferreira Galdino*

## Introdução

Uma nova ordem emerge dos escombros da Segunda Guerra Mundial, cuja característica marcante é a bipolarização das relações internacionais centrada nas duas grandes potências mundiais: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Essa nova ordem mundial perdurou até 1991, quando ocorreu o desmembramento da URSS. Fato que deu lugar a um período subsequente, no qual desponta o poder hegemônico americano.

O desenvolvimento de artefatos de destruição em massa, mormente o nuclear, e o domínio do processo de produção desses artefatos por vários países, eventuais beligerantes em uma Terceira Guerra Mundial, criaram uma atmosfera de terror — o medo do holocausto nuclear —, que contribuiu para tornar inconcebível o emprego desses artefatos. O artefato nuclear assumiu assim um papel dissuasório.

A Doutrina Trumam, de 12 de março de 1947, de ajuda militar e econômica dos países sob ameaça comunista, marcou o início da Guer-

ra Fria. Isso, aliado ao poder dissuasório do artefato nuclear, impulsionou o desenvolvimento de sofisticadas armas convencionais e processos de comunicações, comando e controle, os quais foram adotados em diversos conflitos que ocorreram durante a Guerra Fria, como a Guerra do Vietnã.<sup>1</sup>

Este artigo apresenta, de forma bastante sucinta, alguns reflexos do pós-Segunda Guerra Mundial no âmbito nacional e internacional. No primeiro caso, ênfase especial é dada à criação da ESG e a alguns aspectos atinentes à indústria bélica nacional. No último, são evidenciadas algumas características marcantes das relações internacionais.

## Relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial representa um marco crucial da história mundial, com reflexos marcantes em todos os setores da sociedade, mormente dos países que dela se envolveram diretamente (CORREIA NETO, 1999).

Uma dessas consequências foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), or-

<sup>1</sup> Este conflito apresenta alguns aspectos sintomáticos das guerras contemporâneas. Um deles é a proliferação de imagens, vídeos, sinais de TV e reportagens em tempo real, envolvendo o desenrolar dos conflitos e as atrocidades cometidas nos campos de batalha. Tal exposição mobiliza a população e exerce influência crucial na opinião pública, tornando-a importante na condução de conflitos. Especificamente no caso da Guerra do Vietnã, as pressões realizadas pela opinião pública foram uma das razões para o governo dos EUA providenciar o fim da guerra.

ganismo multilateral cujo objetivo precípua é a salvaguarda da paz.<sup>2</sup>

Muitos acordos e tratados voltados para a defesa foram assinados no período da Guerra Fria, tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), em 1947, envolvendo a segurança coletiva do hemisfério e a defesa recíproca dos signatários,<sup>3</sup> a Organização do Atlântico Norte (Otan), um pacto militar de defesa mútua, em caso de agressão a algum dos signatários, ou de subversão interna desses signatários contra governo legalmente estabelecido; e o Pacto de Varsóvia, tratado de assistência mútua da Europa Oriental. Um contraponto à Otan. Outra característica marcante do período foram os processos de independência das colônias europeias na Ásia e África e o surgimento de novos países pela fragmentação de outros.

Dois atores sobressaíram nas relações internacionais, a saber: as Organizações Não-Governamentais (ONGs), além das governamentais, e as empresas multinacionais.

Apesar de antigas no cenário internacional, como a Cruz Vermelha Internacional e a Associação Internacional do Trabalho,<sup>4</sup> as ONGs proliferaram depois da Segunda Guerra Mundial, particularmente nos últimos 30 anos, em razão, principalmente, do reconhecimento da ONU da importância dessas organizações, por meio do Artigo 71 da Carta de São Francisco (GONÇALVES, 2004). Atualmente, tais organizações exer-

cem um papel importante em todas as áreas ou setores da sociedade.

As empresas multinacionais assumiram um lugar de destaque no funcionamento do sistema capitalista, porém a atuação dessas empresas em países subdesenvolvidos tem suscitado muitas discussões e controvérsias (GONÇALVES, 2004).

Por fim, merece destaque três questões que entraram definitivamente na agenda das relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial: a integração econômica, os direitos humanos e a questão ambiental. A integração econômica por meio de área de tarifas preferenciais, de área de livre comércio, de união aduaneira, de mercado comum ou de união monetária e econômica é um fenômeno marcante do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial.

Alguns exemplos dessas integrações no contexto latino-americano são: Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) — posteriormente substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) —, o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), o Mercado Comum do Caribe (Caricom) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Os direitos humanos nas relações internacionais ganharam notoriedade no pós-Segunda Guerra Mundial, em virtude, principalmente, das atrocidades cometidas por nazistas em nome do Estado. A maior integração entre os povos, a exploração cada vez mais agressiva do meio ambiente

<sup>2</sup> Com o passar dos anos, a ONU sofreu mudanças e incorporou novas funções às originais. No entanto, além de problemas financeiros, oriundos, em parte, da ampliação de suas funções, a ONU enfrenta um importante problema político. Os assentos permanentes do Conselho de Segurança são os mesmos desde a sua criação, apesar das grandes transformações ocorridas no cenário internacional nesse interregno. Isso tem provocado explícitas manifestações de governantes de diversos países, inclusive do Brasil, no sentido de serem providas mudanças substanciais no referido órgão. Tal fato, aliado às decisões unilaterais recentes em assuntos atinentes ao órgão, pode colocar em dúvida sua legitimidade.

<sup>3</sup> A Argentina reivindicou equivocadamente o Tiar na Guerra das Malvinas, pois a ideia central desse tratado é o de considerar a agressão realizada a uma nação americana, como realizada a todas as nações americanas. Assim sendo, o tratado não envolve situações em que uma nação americana assume o papel de agressor, como ocorreu no referido conflito.

<sup>4</sup> Essas ONGs foram criadas, respectivamente, em 1863 e 1864, sendo a última, a Associação Internacional dos Trabalhadores, precursora da Segunda Internacional, 1889, e da Internacional Comunista, 1919.

e a intensificação da industrialização tornaram mister a regulamentação, preservação e controle dos recursos naturais, sob pena de serem causados ao planeta danos ambientais irreparáveis.

Malgrado a inserção da questão ambiental na agenda internacional a partir da década de 1960, esse tema passou a receber maior atenção nas últimas décadas, por causa dos alertas de agências internacionais, ONGs e pesquisadores sobre os efeitos funestos da redução da camada de ozônio, do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Desenvolvimento sustentável, o controle da emissão de gases poluentes e a preservação de florestas são algumas das questões de peso que orbitam em torno do tema ambiental.

### **Reflexos da Segunda Guerra Mundial na indústria bélica nacional**

O advento da Companhia Siderúrgica Nacional, fruto da cooperação entre Brasil e EUA, e as restrições à importação decorrentes da Segunda Guerra Mundial impulsionaram o desenvolvimento industrial no Brasil.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, havia uma grande expectativa dos governantes brasileiros quanto à continuidade da cooperação econômica dos EUA em relação ao Brasil.

Embora tenha ocorrido alguma cooperação, essa expectativa foi frustrada, pois a América do Sul assumiu um papel secundário na estratégia americana para a segurança do hemisfério. Afinal, essa região não era problemática para os EUA, pois aqui o comunismo não se apresentava como elemento ameaçador.

Nos primórdios da Segunda Guerra Mundial, a indústria militar brasileira contava com quatro arsenais e nove fábricas; todos coordenados pela Diretoria de Fabricação e Recuperação do Exército (CARVALHO, 1999). Duran-

te o período da Segunda Guerra Mundial, esse complexo industrial operava no limite para suprir necessidades do Exército.

Ao vigorar o Acordo Brasil-Estados Unidos de Assistência, o Brasil passou a receber material bélico excedente da guerra em grande quantidade. Diante disso e da desmobilização havida após a Segunda Guerra Mundial, o complexo de indústria bélica nacional reduziu drasticamente a produção e entrou em decadência, mormente aqueles setores cujos produtos tinham condições remotas de serem comercializados, em razão da existência de similares que, por força do acordo supracitado, mobilizavam o Exército sem impactar em seu orçamento. No início da década de 1970, algumas fábricas foram desativadas.

Na década de 1970 surge, em São Paulo, a Engenheiros Especializados S/A (Engesa). Em seu auge, nas décadas de 1970 e 1980, essa empresa chegou a exportar seus produtos para 37 países, a maioria deles situados na América do Sul e no Oriente Médio. A Engesa inicialmente se notabilizou na fabricação de caminhões para o emprego militar e, principalmente, na produção de duas importantes viaturas blindadas sobre rodas: o Urutu, veículo anfíbio de transporte de tropas, e o Cascavel, veículo de reconhecimento. Posteriormente, nela foi desenvolvido um importante carro de combate sob lagartas, o Osório. Esse carro de combate era tão moderno e sofisticado que se equiparava com os melhores do mundo.

A Engesa realizou investimento maciço na produção desse carro de combate, visando uma volumosa venda à Arábia Saudita. A frustração dessa venda, a Guerra do Golfo e algumas decisões estratégicas equivocadas levaram-na à falência.

Após a prévia e sucinta discussão do panorama da indústria bélica nacional no pós-Segunda Guerra Mundial, torna-se peremptório tecer alguns comentários sobre as pesqui-

sas voltadas para o setor bélico, aspecto indispensável para alavancar uma indústria de sucesso. Para fins dessa discussão, toma-se como referência a área de mísseis e foguetes.

O interesse pelos foguetes foi renovado na Segunda Guerra Mundial com os V-2 alemães. Com esses artefatos ficou demonstrada a capacidade de se atingirem alvos a centenas de quilômetros.

As possibilidades bélicas auferidas pelos foguetes desencadearam uma verdadeira disputa tecnológica para dominar e aprimorar as características de desempenho desses artefatos. A par disso foi impulsionada a corrida espacial, mormente entre russos e americanos.

No Brasil, instaurou-se o programa de desenvolvimento de um foguete de sondagem do Exército, desenvolvido na Escola Técnica do Exército (ETE), precursora do atual Instituto Militar de Engenharia (IME). A primeira iniciativa nesse sentido foi a realização de um Projeto de Fim de Curso cujo objetivo era a produção de um foguete. Muitas dificuldades tiveram de ser superadas em razão do incipiente desenvolvimento industrial e até da inexistência de um campo de prova de dimensões apropriadas (CASTRO, 2002).

A partir dessa iniciativa, muitos trabalhos de pesquisa foram realizados visando ao desenvolvimento de foguetes e mísseis na ETE/IME e na Marambaia, pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e seus antecessores e órgãos subordinados, como a Comissão Central de Mísseis, esta última criada em 1961.

Como exemplos de produtos de sucesso decorrentes dessas pesquisas podem ser citados o lançador M108R e os foguetes da série ASTROS, ambos produzidos pela Avibrás Aeroespacial SA.

### **A Escola Superior de Guerra — ESG**

Em 1949, foi criada a ESG no Rio de Janeiro, cujos objetivos primordiais são difundir em

membros das elites civil e militar um modelo de planejamento estratégico; bem como desenvolver e propalar uma filosofia baseada na segurança e desenvolvimento nacionais, aspectos poucos evidenciados na sociedade brasileira de então.

Desde a sua criação, a ESG exerce grande influência no cenário nacional, mas foi nas décadas de 1960 a 1980 que essa influência foi determinante para os destinos da política nacional.

Sobre o trabalho realizado pela ESG, um de seus ex-comandantes, o General de Divisão R/1 Carlos Patrício Freitas Pereira, afirma (PEREIRA, 2007):

“Foi gradativamente elaborada uma doutrina de ação política, teórica e prática, necessária como instrumental metodológico aos estudos e às discussões sobre os problemas brasileiros e respectivas soluções.”

Uma vertente do pensamento geopolítico da ESG é a integração nacional. Avesso à doutrina de soberania limitada, prega-se o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Alerta-se, desde os seus primórdios, para os interesses escusos subjacentes às ideias de proteção dos “povos indígenas”, mormente daquelas relacionadas à criação de reservas fronteiriças.

O desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro e da Amazônia Legal, o desenvolvimento transnacional da Amazônia, mormente nas áreas de fronteira como forma de estimular a integração, a cooperação e o crescimento econômico dos países amazônicos, a integração nacional, o desenvolvimento de uma política brasileira para a Antártica, fundamentada na tese de defrontação, em contraposição à tese de patrimônio comum, apoiada pelos países desenvolvidos, são alguns dos temas defendidos por algumas das ilustres personalidades que passaram pela ESG, como Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e

Therezinha de Castro. Malgrado a sua influência no cenário nacional ter arrefecido a partir da década de 1990, a ESG se mantém fiel aos objetivos que nortearam a sua criação, sendo assim conceituada pelo General de Divisão R/1 Carlos Patrício Freitas Pereira (PEREIRA, 2007):

“...suprapartidária, não ideológica, adogmática, dinâmica, de livre pensamento na condução e difusão de seus estudos prospectivos, exclusiva em formar chefes militares aptos às operações combinadas exigidas pela guerra moderna e, ainda, a única a integrar civis e militares pela consolidação do Ministério da Defesa...”

### Considerações finais

O progresso científico e tecnológico ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial contribuiu para a evolução do pensamento militar e da arte da guerra. No Brasil, essa evolução impulsionou reformas, aprovadas em abril de 1946, que estabeleciam a constituição das Forças Armadas do Brasil em Marinha, Exército e Aeronáutica, cujas missões e organizações foram intensamente influenciadas pela Segunda Guerra Mundial.

Considerando a situação financeira do País e os ensinamentos da Segunda Guerra Mundial, a reforma priorizou a formação de recursos humanos e de uma pequena força, altamente eficiente, capaz de enfrentar uma guerra moderna.

Outro marco na evolução doutrinária ocorreu em 30 de abril de 1952, quando o Con-

gresso Nacional aprovou o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, visando fortalecer os compromissos pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Esse acordo previa a realização de ações conjuntas visando à defesa e à manutenção da paz e da segurança no hemisfério ocidental. No entanto, ele previa a transferência de excedentes de guerra, o que trouxe malefícios à indústria bélica nacional.

O grande potencial econômico, a enorme dimensão geográfica e a grande quantidade de recursos naturais colocam o Brasil em posição de destaque no cenário mundial. Porém, o poder militar nacional, mormente no que se refere aos aspectos de ciência e tecnologia, não condiz com essa posição de destaque.

Torna-se peremptória a modernização das Forças Armadas. Todavia essa modernização não pode ser obtida por mera aquisição de equipamentos no exterior. Uma vez que isso provoca uma dependência tecnológica especialmente danosa, sobretudo na área de defesa e segurança nacional.

Cabe mencionar que as atuais relações internacionais caracterizadas pela ação de empresas multinacionais, acordos internacionais, ONGs, globalização, questões ambientais e direitos humanos impõem restrições à soberania nacional, requerendo adaptações e modernizações dos sistemas de defesa e segurança nacionais para fazer frente a esses desafios.

### Referências

- CARVALHO, E. P., “Evolução industrial do Brasil”, *Revista do IGHMB*, Ano 59, Nº 86, 45-65, 1999.
- CASTRO, A. H. F. de, “O Exército e a pesquisa aeroespacial: 150 anos de aventura”, 21-29, *Revista Da Cultura*, Ano II, Nº 3, 2002.
- CORREIA NETO, J. M., “Causas e reflexos da Segunda Guerra Mundial”, *Revista do IGHMB*, Ano 59, Nº 86, 91-121, 1999.
- GONÇALVES, W., *Relações Internacionais*, Jorge Zahar Editor, 2004.
- PEREIRA, C. P. F., *Geopolítica e o futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal — Comunidade Sul-Americana*, Biblioteca do Exército Editora, 2007.